

7 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DA BAHIA DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XX

Este capítulo tem por objetivo apresentar a evolução da economia do Estado da Bahia do período colonial até o Século XX, suas disparidades sociais e regionais de renda no período recente, bem como os fatores que condicionaram seu desenvolvimento econômico e social.

A história econômica do Estado da Bahia apresentou duas dinâmicas bem distintas: a primeira, que vai do Século XVI até 1970, corresponde à fase de economia primário-exportadora e, a segunda, de 1970 em diante, diz respeito à fase de economia predominantemente industrial inaugurada com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, mais recentemente, pela indústria automobilística.

7.1 A BAHIA COMO ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

A penetração no interior do Estado da Bahia a partir da cidade de Salvador, primeira capital do Brasil fundada pelos portugueses em 1549, foi iniciada em 1558 com a destruição da comunidade indígena existente no Recôncavo, seguida da criação de gado e da ação das missões religiosas da Companhia de Jesus, com seu trabalho de pacificação dos indígenas as quais constituíram fatores importantes de ocupação das terras da Bahia. A principal característica da economia que o europeu implantou e desenvolveu na Bahia como em todo o Brasil foi a de ser uma economia voltada para o mercado externo. Os principais produtos que a Bahia exportava nos séculos XVI, XVII e XVIII, pela ordem de importância (Quadro 14).

Quadro 14 – Bahia – produtos de exportação nos séculos XVI, XVII e XVIII

Século XVI	Século XVII	Século XVIII
Pau-brasil	Açúcar	Açúcar
Açúcar	Fumo	Sola
Algodão	Algodão	Fumo
	Pau-brasil	Aguardente
		Algodão
		Farinha de mandioca
		Ouro

Fonte: Tavares, 1974.

O pau-brasil foi o primeiro produto de exportação da Bahia desde o descobrimento do Brasil. A partir do momento em que Portugal decidiu ocupar o território brasileiro, começou a se desenvolver no século XVI a lavoura da cana e a produção de açúcar cujos detalhes estão expostos no capítulo 5. Com a chegada do colono português, foi iniciado o plantio do algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Na Bahia, o Recôncavo era a região de produção do

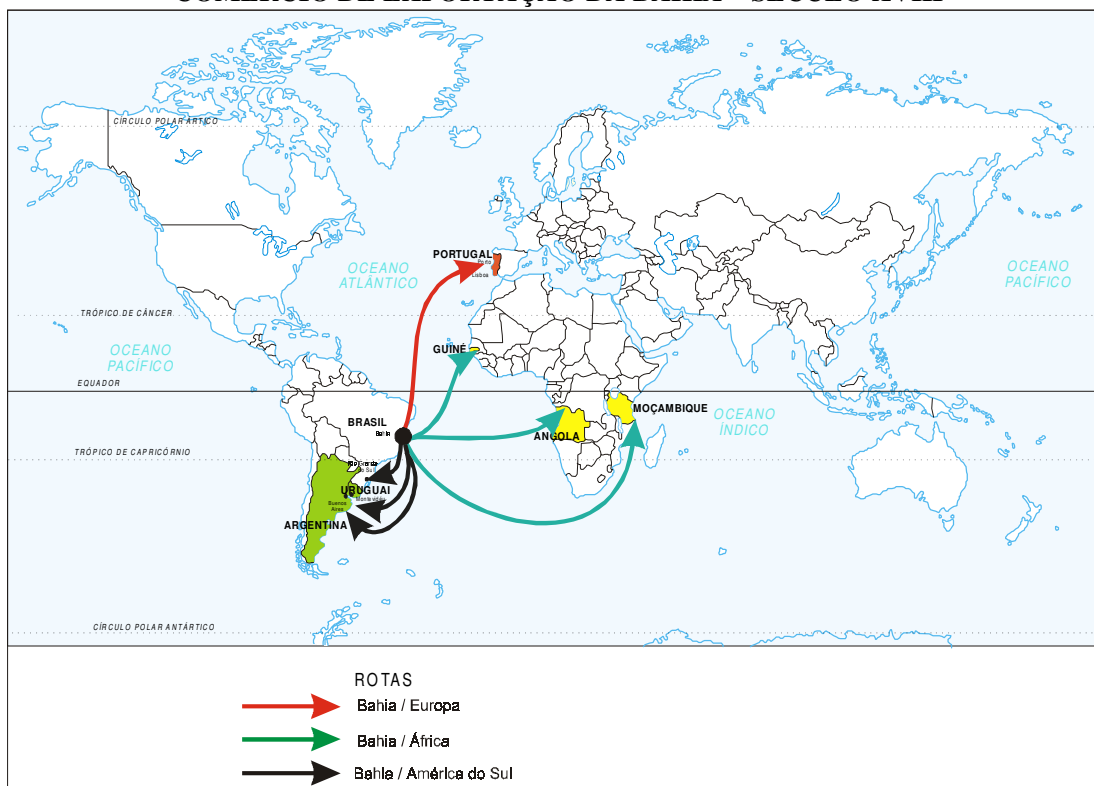
açúcar e de aguardente para exportação. O algodão sempre esteve entre os principais produtos de exportação da Bahia desde a primeira metade do século XVI. O fumo, que era produzido nos tabuleiros e nas terras arenosas da Bahia, assumiu grande importância a partir do século XVII e tinha como principal objetivo atender ao mercado africano devido ao comércio de escravos.

A pecuária, que se fixou no sertão baiano adquirindo grande expressão no final do século XVIII e princípios do século XIX, proporcionou as condições para a exportação de couros e solas. O ouro de Jacobina, do rio de Contas, de Araçuaí e Tucumbira assume importância na pauta de exportação na primeira década do século XVIII apesar de ter uma produção de pequeno porte devido à política portuguesa de concentrar sua produção somente em Minas Gerais. A farinha de mandioca tinha em Jaguaripe, Nazaré e Camamu suas áreas de produção.

No Século XVIII, o comércio de exportação da Bahia tinha três direções (Mapa 46): Europa, África e Rio Grande do Sul e portos do Prata:

MAPA 46

COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO DA BAHIA – SÉCULO XVIII



Base: Atlas, 2002

Adaptação do autor

Para a Europa (Lisboa, Porto e Viana), a Bahia enviava açúcar, algodão, arroz, couro, sola, fumo, cacau, café, piaçava, madeiras de lei, etc.

Para a África (Moçambique, Angola e Guiné), a Bahia exportava fumo, aguardente de cana, rapé e zimbros, um pequeno búzio da costa sul da Bahia. Nessa via de comércio, incluíam-se as ilhas da Madeira, dos Açores e de São Tomé, para as quais a Bahia remetia feixes de açúcar, ferragens, tecidos grosseiros e tecidos europeus manufaturados.

Para o Rio Grande do Sul e portos do Prata, seguiam, de Salvador, artigos manufaturados vindos da Europa, açúcar, doce, sal e escravos africanos (Tavares, 1974, p.139).

Almeida (1952) afirma que no final do século XVIII certas condições internacionais extremamente favoráveis permitiam uma nova vida ao comércio de exportação e um desafogo para os senhores de engenho de açúcar tradicionalmente endividados e que a guerra de independência americana e a Revolução Industrial abriram uma larga oportunidade para o algodão. Rômulo Almeida acrescenta que a Bahia, principal centro comercial e produtor do Brasil, só em anos excepcionais ultrapassada por Pernambuco ou pelo Rio de Janeiro, seria a primeira a ser beneficiada pela conjuntura favorável.

Durante o Império, após a Independência do Brasil, a economia da Bahia se diversificou, porém, continuou voltada para o mercado externo. De 1822 a 1840, o comércio exportador e importador, até então quase todo sob o controle de Portugal, sofreu muitos golpes devido à concorrência das casas comerciais inglesas e francesas, grandes potências da época. A Bahia exportava açúcar, fumo, café, algodão, diamante, couro e madeiras e importava tecidos de algodão, linho, lã e seda, vinhos, azeite, drogas e medicamentos, farinha de trigo, carvão de pedra, ferragens, calçados, bacalhau e peixes em conservas.

A partir de 1843, a descoberta de diamantes na região de Lençóis acrescenta um novo produto de exportação e surgem novas possibilidades com a produção do café e do fumo, essa destinada às casas exportadoras inglesas, francesas e alemãs. Na década de 1840, teve início o movimento pela industrialização da Bahia, começando pela indústria têxtil. Nas décadas de 1840, 1850 e 1860, são implantados, também, vários estabelecimentos de crédito na Bahia.

Em 1873, após uma série de crises da economia baiana, instalou-se a mais grave de todas — a crise da produção de açúcar e dos preços baixos, de 1873; “entre 1873 e 1890, a crise do Recôncavo açucareiro, que já vinha de antes, se tornou aguda” (Almeida, 1952, p.66). Essa crise era o resultado de métodos inadequados de produção, trabalho escravo, estreita dependência da economia ao mercado externo e falta de recursos financeiros.

Almeida (1952) afirma ainda que, com a redução do tráfico de escravos, a produção de fumo sofreu uma queda vertical de 1815 a 1934. Além da perda do mercado africano, houve

redução do comércio com a Europa após a Independência do Brasil. Porém, no final do século XIX, com a ampliação do consumo interno e a restauração do mercado mundial, chegou o fumo a ser nosso principal produto de exportação, atingindo em 1902 seu maior valor.

De 1895 a 1925, os principais produtos de exportação da Bahia eram o açúcar, o café, o fumo, o cacau e o algodão. O açúcar que era o principal produto de exportação da Bahia cedeu seu lugar para o café, o fumo e o cacau. O cacau em baga alcançou em 1925 a liderança entre os produtos de exportação da Bahia. Quanto ao cacau, "surgiu aos poucos, tomando vulto depois de 1890. E foi providencial. Abriu uma nova fase de nossa economia" (ALMEIDA, 1952, p.67). No campo industrial, se destacavam as indústrias têxteis em um universo em que havia dezenas de fábricas de chapéus, velas de cera, cigarros, charutos, calçados que não passavam de pequenas e médias oficinas artesanais.

No decurso da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), o café e o fumo sofreram prejuízos devido às restrições ao comércio com a Alemanha. A crise mundial de 1929 atingiu, também, rudemente a Bahia. De 1930 até 1950, a Bahia continuou dependendo economicamente do seu principal produto de exportação: o cacau, dependência essa que continuou até a década de 80, mesmo após o processo de industrialização iniciado em 1950 com a implantação da Refinaria de Mataripe, que representa um marco no processo de desenvolvimento do Estado da Bahia.

Até o início da década de 60, a economia da Bahia caracterizou-se pela produção de produtos de base predominantemente agrícola, como o cacau, sisal e fumo, dentre outros, voltados para a exportação. O cacau, que se tornou o principal produto de exportação da Bahia a partir de 1925, não foi capaz de desencadear a implantação de outras atividades econômicas que possibilitassem a diversificação da estrutura produtiva da Bahia;

sem produzir efeitos significativos a montante e a jusante, a economia cacauera permitiu a manutenção do modelo primário-exportador, garantindo a liderança do setor agrícola na composição do PIB estadual e na pauta de exportações baianas, até meados da década de 70. Mesmo após esse período, quando a Bahia abraça, de fato, a industrialização, a importância do cacau faz-se ainda presente no âmbito regional e nos fluxos de troca internacional estabelecidos pelo Estado. (LIMA e QUEIROZ, 1996, p.68)

7.2 A BAHIA COMO ECONOMIA PREDOMINANTEMENTE INDUSTRIAL

A partir da década de 70, no contexto da política do governo federal de substituição de importações, a Bahia foi contemplada com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários (intensivos em capital e tecnologicamente modernos)

complementar à matriz de produção já desenvolvida na região Sudeste do país, conforme exposto no capítulo 5. O processo de industrialização da Bahia baseado na indústria de bens intermediários começou com a implantação da Refinaria de Mataripe na década de 50, aproveitando-se da disponibilidade de petróleo existente no Estado, com a formação de um complexo mínero-metalúrgico em Candeias na década de 60, a implantação do CIA — Centro Industrial de Aratu, do Complexo Petroquímico de Camaçari e da metalurgia do cobre no início da década de 80.

Todo esse conjunto de empreendimentos foi concentrado na RMS — Região Metropolitana de Salvador que responde por 70% da produção industrial do Estado. A consolidação da industrialização na Bahia fez com que ocorressem profundas transformações na estrutura econômica do Estado, com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

Segundo Spinola (2001), no período entre 1950 e 1970, o Estado da Bahia passou por um processo sistemático de planejamento, no qual se destaca como seminal, o Plano de Desenvolvimento da Bahia — PLANDEB (concluído em 1959 e contemporâneo do planejamento elaborado por Celso Furtado para o Nordeste) que projetou um setor industrial objetivando um equilíbrio entre a produção de bens de consumo e de capital, além de enfatizar a prioridade para a especialização das grandes empresas produtoras de bens intermediários, aproveitando alguns recursos naturais à época abundantes na região, como o petróleo.

Spinola (2001) afirma que o PLANDEB propunha projetos que integrariam de forma sistêmica os setores agrícola, industrial e comercial, objetivando o desenvolvimento equilibrado do Estado da Bahia e ressalta, ainda, que o PLANDEB foi o responsável pela “estratégia de desconcentração concentrada” que preconizava a industrialização da Bahia mediante a sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento posto em prática pelo governo federal.

Essa estratégia, segundo Spinola (2001) contemplava a atração de grandes empresas produtoras de bens intermediários que atuariam como pólos do desenvolvimento industrial juntamente com as empresas produtoras de bens finais que se instalariam a jusante nos centros e distritos industriais criados para abrigá-las, tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto nas cidades do interior. Ressalte-se que, segundo o autor, muitos dos projetos setoriais

do PLANDEB não saíram do papel e outros foram executados até a década de 80.

Entre 1970 e 1980, com financiamentos a juros subsidiados, isenção de impostos e incentivos fiscais com o aporte de consideráveis recursos públicos a fundo perdido oriundos dos organismos de fomento ao desenvolvimento do país, foram implantados os distritos industriais do interior e da RMS (o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari) e montado o parque produtor de bens intermediários concentrados nos segmentos da química/petroquímica e dos minerais não-metálicos.

De 1980 até o momento atual, ainda afirma Spinola (2001), concretizou-se efetivamente a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari em conseqüência da evolução do setor petrolífero e químico do Brasil. Ressalte-se que o Complexo Petroquímico não produziu os efeitos multiplicadores esperados com a implantação de um parque de indústrias de transformação produtoras de bens finais. Além disso, monopolizou a captação dos escassos recursos regionais para o financiamento de outros segmentos industriais alternativos, bem como ampliou a dependência da Bahia às flutuações da economia nacional e internacional

o aumento da integração do mercado nacional foi determinante para a economia baiana, pois condicionou as possibilidades de produção e ampliação das fábricas existentes e as perspectivas de implantação de novas fábricas a regras mercadológicas externas e independentes da capacidade de influência do Estado. (...) a implantação do complexo petroquímico na Bahia, efetivamente concretizado nessa época, foi conseqüência da evolução do setor petrolífero e químico do Brasil e de uma estratégia definida fora das fronteiras baianas, notadamente pela Petrobrás. (SPINOLA, 2001, p.35)

Ressalte-se que “a política de industrialização contribuiu para a concentração das atividades industriais na RMS” (SPINOLA, 2001, p.43) e que houve artificialismo na política de localização industrial com a construção de distritos industriais devido à ausência de empresários locais com vocação industrial e a fragilidade do mercado consumidor na região.

Um fato é inconteste:

a Bahia cresceu economicamente no período 1967/1999, mas não se desenvolveu. Isto porque, a despeito do aparente progresso material e dos avanços tecnológicos, o conjunto dos benefícios por eles gerados não está disponível para milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual (...) a Bahia viu agravada a sua dependência externa, tanto no plano nacional quanto no internacional, como decorrência de uma política desenvolvimentista equivocadamente traçada pela tecnoburocracia regional com a cumplicidade das elites agromercantis locais (SPINOLA, 2001, p.35-6).

Mais recentemente, segundo Bomfim (1999), o Projeto Amazon da Ford foi implantado em Camaçari na Bahia contemplando um investimento total de US\$ 1,3 bilhão e a perspectiva de

produzir 250 mil veículos de cinco modelos por ano e gerar 5 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Para atrair a Ford para a Bahia, o governo do Estado derrotou propostas de outros estados oferecendo uma série de incentivos fiscais e financeiros, além do terreno onde foi implantada a indústria. Segundo o governo da Bahia, devido à Ford, deverão se instalar na Bahia cerca de 32 empresas, além de fornecedores de serviços e autopeças.

Não há dúvida de que

o Estado da Bahia, através de seu governo, tem imposto uma dinâmica surpreendente de atração de investimentos. Não apenas na produção de veículos houve sucesso nessas tratativas, porque resultados animadores também têm sido obtidos nas mais diversas áreas (PAUPÉRIO, 1999, p.67).

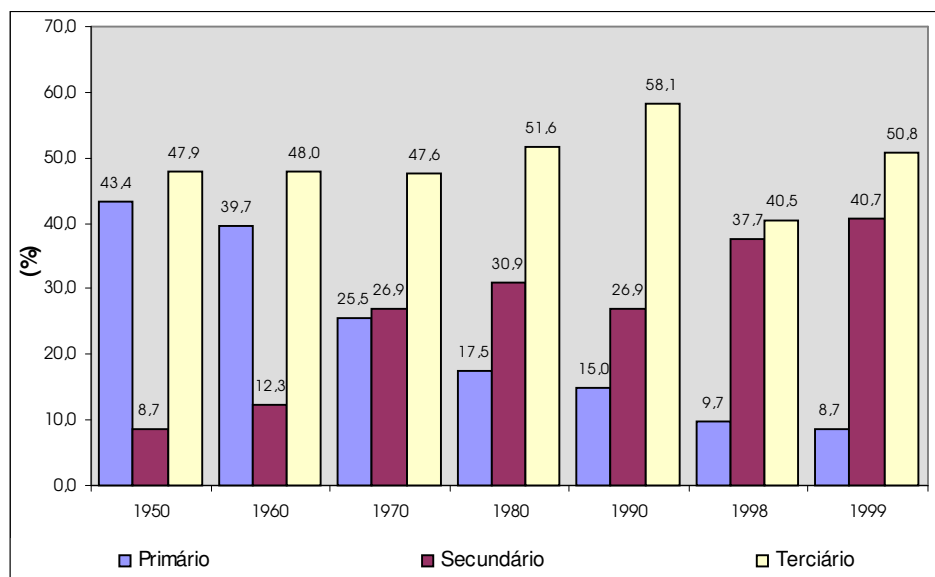
Para Paupério, a Bahia tem atraído empresas ligadas à indústria de confecções e calçados de outros estados devido ao baixo custo da mão-de-obra e a oferta de incentivos fiscais e financeiros. Outra observação importante de Paupério é de que a indústria petroquímica baiana poderá oferecer produtos mais elaborados, a indústria de transformação de plásticos tende a configurar-se e a indústria metalúrgica e mecânica da Bahia poderão ganhar grande impulso com a perspectiva de fornecimento à indústria automobilística implantada no Estado.

A respeito dessa indústria,

uma das críticas à vinda das montadoras diz respeito à não atração de investimentos em fornecedores locais, ocasionando decepções na geração de empregos indiretos, tudo em função da vontade das próprias montadoras. Para Milton Santos (A Tarde, 10/06/1997), 'as modernas empresas multinacionais são como um circo: enquanto têm renda, continuam instaladas em determinadas cidades e, quando o lucro fica escasso, desarmam a tenda e seguem viagem para outras praças'. Desta forma, a transitoriedade do investimento geraria pouco desenvolvimento de raízes mais profundas, através de encadeamentos produtivos mais completos, (PAUPÉRIO, 1999, p.68)

Na década de 90, começou a crescer na Bahia a indústria de papel e papelão, caracterizado por grandes empreendimentos produtores de celulose e papel no Extremo Sul do Estado com a entrada em operação da Bahia Sul Celulose e a implantação da Vera Cruz Celulose. Os ramos tradicionais da indústria da Bahia, responsáveis pelo crescimento industrial em períodos anteriores, como o de alimentos, fumo, vestuário, couros e peles, dentre outros, reduziram sua importância relativa, dando lugar aos segmentos químico e petroquímico, metal-mecânico e de papel e celulose.

No período 1950/1999 (Gráfico 31) houve declínio do setor primário e a expansão do setor secundário (industrial). A partir de 1950, a indústria se transforma no setor mais dinâmico da economia do Estado da Bahia.

Gráfico 31 – Estrutura setorial do PIB da Bahia, 1950–1999

Fonte: IMIC.

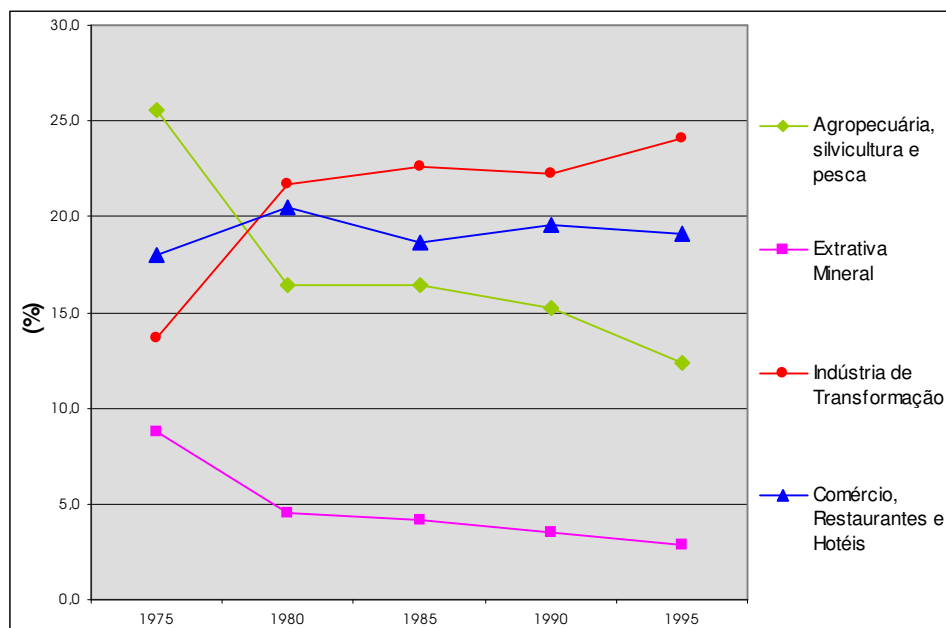
A composição da exportação tinha o cacau como produto mais expressivo (62,82%) em 1970, que passa a decair a partir de 1975, chegando a 6,18% em 1995. Diferentemente, papel e celulose e os produtos metalúrgicos, químicos e petroquímicos passam a representar maior peso nessa composição (Tabela 28).

Tabela 28 – Composição percentual das exportações – Principais segmentos na Bahia – 1965–1995

Segmentos	Composição das exportações (%)						
	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Químico e Petroquímico	-	-	0,09	17,16	17,16	26,18	33,96
Metalúrgico	-	1,00	4,00	3,96	3,96	19,13	17,14
Papel e Celulose	-	-	-	-	-	-	15,68
Mínerais	-	-	-	-	-	11,7	6,45
Cacau e derivados	43,79	62,82	55,84	40,60	40,60	19,64	6,18
Derivados de petróleo	-	3,04	7,38	21,65	21,65	14,92	5,11
Grãos, óleos e ceras vegetais	-	-	-	-	-	-	2,11
Frutas e suas preparações	-	-	-	-	-	4,31	1,30
Sisal e derivados	11,00	8,00	8,85	3,15	3,15	4,21	1,07

Fonte: Lima, e Queiroz, 1996.

O avanço da indústria de transformação e o declínio do setor agropecuário são responsáveis pelas mudanças na estrutura do PIB da Bahia de 1975 a 1995 (Gráfico 32 e a Tabela 29). Na formação do PIB da indústria de transformação em 1995, a indústria química contribuiu com 50,5%, a metalúrgica com 10,3%, a de produtos alimentares com 7,2%, a de papel e papelão com 5,8%, a têxtil com 4,3%, a de bebidas com 1,9%, a de material elétrico e de comunicação com 1,2%, a de borracha com 1% e o restante com 17,8%.

Gráfico 32 – Estrutura do PIB da Bahia por atividade econômica – 1975–1995

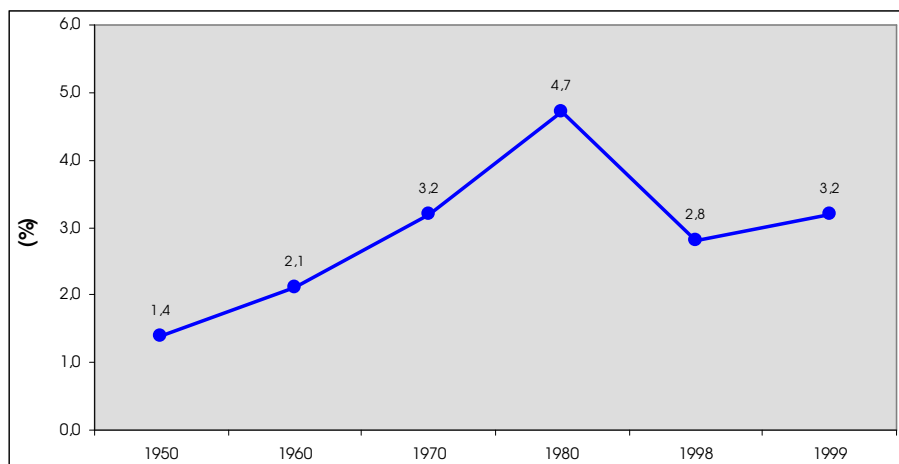
Fonte: Lima e Queiroz, 1996.

Tabela 29 – Estrutura do PIB da Bahia a custo de fatores segundo classes de atividade econômica – 1975–1995

Atividade econômica	Composição do PIB (%)				
	1975	1980	1985	1990	1995
Agropecuária, silvicultura e pesca	25,54	16,46	16,45	15,22	12,39
Agricultura	13,20	9,79	9,74	7,90	6,36
Pecuária	8,27	3,01	3,08	3,00	2,17
Silvicultura e Extrativa Vegetal	-	-	-	-	2,25
Outros	4,02	3,66	3,63	3,91	1,61
Extrativa Mineral	8,79	4,52	4,13	3,49	2,89
Indústria de Transformação	13,70	21,65	22,62	22,23	24,11
Metalurgia	0,80	1,27	2,20	2,68	2,48
Química	6,00	11,38	11,58	11,25	12,18
Produtos Alimentares	1,66	2,15	2,09	1,99	1,74
Papel e Papelão	0,18	0,17	0,34	0,25	1,41
Outros	5,06	6,67	6,41	6,06	6,30
Comércio, Restaurantes e Hotéis	18,00	20,48	18,66	19,59	19,09
Comércio	17,06	18,99	17,15	18,03	17,67
Restaurantes	0,78	1,19	1,07	1,21	0,97
Hotéis	0,16	0,30	0,44	0,35	0,45
Outros	33,97	36,90	38,14	42,96	41,52
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Lima e Queiroz, 1996.

A evolução da participação da indústria baiana na indústria nacional de 1950 a 1999 está demonstrada no Gráfico 33. Os números mostram que, após 30 anos de crescimento, a participação da indústria baiana declinou em relação à indústria nacional a partir de 1980.

Gráfico 33 – Participação percentual da indústria baiana na indústria nacional

Fonte: IMIC, 2000.

7.3 O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO RECENTE

A produção agrícola baiana apresentou desempenho oscilante no período 1980/1995, refletindo as dificuldades impostas pelas condições climáticas adversas e aquelas decorrentes da política macroeconômica do governo federal restritiva ao crescimento econômico nacional pelas razões expostas no capítulo 5. A depressão dos preços do cacau no mercado internacional, o surgimento de problemas fitossanitários (vassoura-de-bruxa) e a ausência de investimentos vêm provocando redução acentuada na produção dos cacauais, tradicional lavoura que, por várias décadas, liderou a produção agrícola e a pauta de exportação de produtos primários do Estado.

Entretanto, novas perspectivas se abriram para a agricultura baiana com o crescimento da fruticultura irrigada que, nesse setor, já alcança posição de destaque. Na estrutura do PIB do setor agropecuário da Bahia (SEI, 1996), a agricultura participou em 1995 com 50,24%, a pecuária com 29,73%, a silvicultura e extrativa vegetal com 11,36%, a granja com 1,25% e o restante com 7,42%.

Segundo a SEI (1996), a Bahia possuía em 1995 um PIB correspondente a US\$ 33,6 bilhões, uma renda *per capita* de US\$ 2.615,00 e tinha uma participação no PIB do Brasil de 4,7% e no PIB do Nordeste de 33%. No que concerne à composição setorial do PIB da Bahia em 1995, o setor primário participava com 12,4%, o secundário com 33,1% e o terciário com 54,5%.

A análise da Tabela 30, que apresenta a taxa de crescimento médio do PIB setorial de 1975 a 1995, permite constatar que a economia baiana como um todo apresentou seu melhor desempenho no período 1975/1980, excetuando os setores de agricultura, silvicultura e pesca e a indústria extrativa mineral. A partir de 1980, a economia da Bahia apresentou declínio em seu crescimento no cômputo global e setorial, o que é explicado pela profunda crise que vem afetando a economia brasileira desde a década de 1980 até o momento atual, como demonstrado no capítulo 4.

Tabela 30 – Taxa de Crescimento médio do PIB da Bahia a custo de fatores – 1975/1980–1990/1995

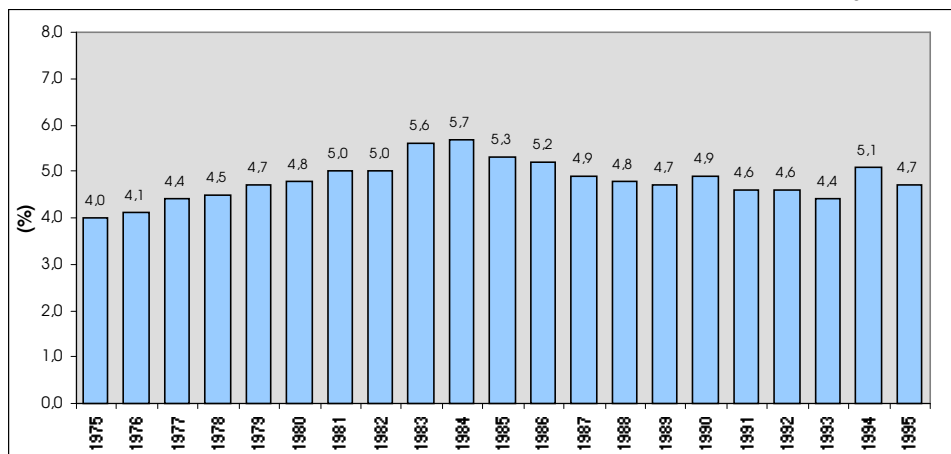
Grande Divisão	Taxa de Crescimento Médio do PIB (%)			
	1975/1980	1980/1985	1985/1990	1990/1995
Agricultura, Silvicultura e Pesca	0,2	3,7	-0,4	-2,8
Extrativa Mineral	-4,2	1,9	-2,2	-2,4
Indústria de Transformação	19,8	4,7	0,8	3,0
Eletricidade, Água e Utilidades	22,8	5,0	0,6	0,9
Construção	17,2	-4,9	-6,2	0,9
Comércio, Restaurante e Hotéis	12,2	1,8	2,1	1,1
Transporte, Armazenamento e Comunicações	12,2	8,6	5,9	4,9
Estabelecimentos Financeiros	9,7	-3,5	2,5	7,8
Serviços Comunitários Sociais	7,1	6,6	3,1	3,2
Total	9,4	2,8	1,3	2,2

Fonte: SEI.
Elaboração própria.

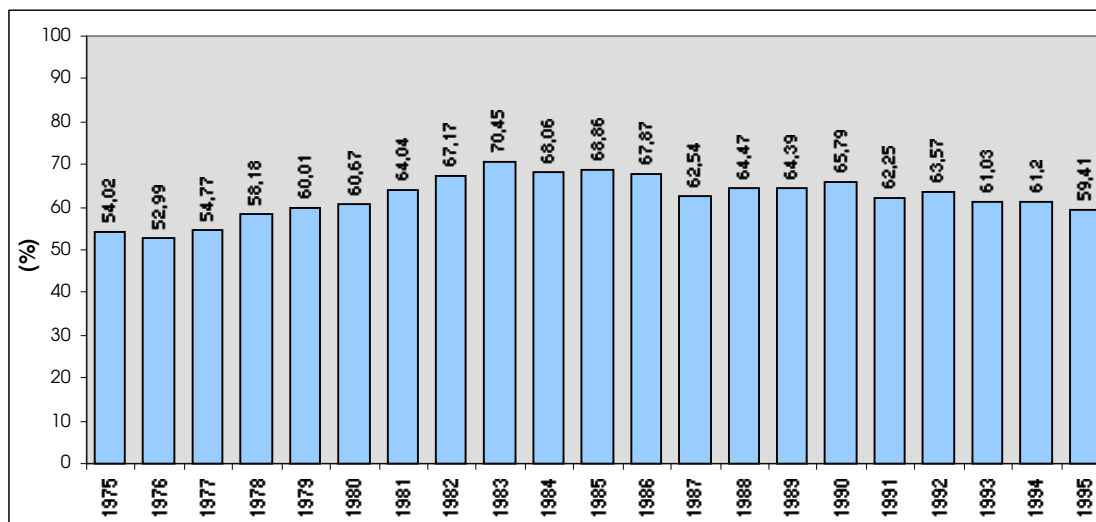
Já a análise do Gráfico 34 mostra o declínio da participação do PIB e do Gráfico 35, a do PIB *per capita* da Bahia no PIB e no PIB *per capita* do Brasil, a partir de 1984.

Gráfico 34 – Relação PIB da Bahia/PIB do Brasil, 1975/1995

(Preços de 1980)



Fonte: SEI.
Elaboração própria.

Gráfico 35 – Relação PIB *per capita* da Bahia/PIB do Brasil *per capita*, 1975/1995

Fonte: SEL.

Elaboração própria.

Analisando a Tabela 31, que apresenta a evolução do PIB, da população e do PIB *per capita* no Brasil e na Bahia no período 1990/1999, vê-se que de 1996/1999, o PIB e o PIB *per capita* da Bahia deixou de crescer, isto é, estagnou.

Tabela 31 – Produto Interno Bruto *per capita* – Brasil x Bahia – 1990–1999

Ano	Brasil			Bahia		
	PIB (US\$ bilhões)	População (mil habitantes)	<i>Per Capita</i> (US\$)	PIB (US\$ bilhões)	População (mil habitantes)	<i>Per Capita</i> (US\$)
1990	445,90	155.563	2.866	20,04	12.175	1.646
1991	386,20	146.900	2.629	16,99	11.855	1.433
1992	387,29	149.237	2.595	16,99	12.014	1.414
1993	429,69	151.572	2.835	18,63	12.276	1.518
1994	543,09	153.726	3.533	23,28	12.464	1.868
1995	705,45	155.822	4.527	29,22	12.646	2.311
1996	775,41	157.070	4.937	32,84	12.542	2.618
1997	804,18	159.636	5.038	34,19	12.710	2.690
1998	776,33	161.790	4.798	33,93	12.851	2.640
1999	555,24	163.948	3.387	24,49	12.993	1.885

Fonte: IMIC.

Durante a década de 90, a economia baiana foi bastante afetada pela crise econômica que atingiu profundamente o Brasil conforme pode ser constatado na Tabela 32.

Tabela 32 – Crescimento do PIB da Bahia – 1990–1996

Setores/ Atividades	Taxa de crescimento (% ao ano)						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
PIB	-2,2	-4,2	1,3	2,8	6,7	1,8	3,9
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	-2,9	-5,1	2,8	-2,3	9,7	-9,1	3,9
Extrativa Mineral	-4,5	-7,8	5,6	-5,2	-1,6	-2,6	5,2
Indústria de Transformação	-5,8	-4,2	5,8	9,2	5,1	-0,5	4,1
Eletricidade, Água e Utilidades	2,8	5,9	6,5	2,4	3,2	-5,3	-2,2
Construção	-10,6	-7,8	1,9	4	5,3	2,5	3,2
Comércio, Restaurante e Hotéis	-1,5	-11,1	-6,5	-2,7	14,7	12	6,3
Transporte, Armazenamento e Comunicações	2,4	0,8	1,2	4,7	7,3	9,5	3,8
Estabelecimentos Financeiros	-0,3	-2,5	-1,2	3,6	3,1	2,2	3,3
Serviços Comunitários Sociais	1,2	2,2	3,1	4,4	4,1	2	1,1

Fonte: Carneiro e Vieira, 1998.

A indústria de papel e papelão foi a que apresentou no período 1992/1996 o maior crescimento da produção industrial e o maior aumento em efetivo de pessoal ocupado e em horas trabalhadas. A indústria metalúrgica foi a que apresentou a maior produtividade física e por hora trabalhada. No cômputo global, a indústria de transformação da Bahia elevou a produção industrial, reduziu o pessoal ocupado e as horas trabalhadas e aumentou a produtividade física e por hora trabalhada na década de 90 (Tabela 33). Esse desempenho da indústria resultou do processo de reestruturação produtiva encetada na década de 90 para fazer frente ao aumento da concorrência gerada pela abertura da economia nacional.

Tabela 33 – Taxas médias anuais de crescimento da produção industrial, do emprego e da produtividade da indústria de transformação da Bahia – 1992–1996

Gêneros	Taxa média anual de crescimento (% ao ano)				
	Produção Industrial	Pessoal Ocupado	Horas Trabalhadas	Produtividade	
				Física	Hora
Extrativo Mineral	0,20	-1,20	-1,46	1,96	2,22
Indústria de Transformação	5,22	-4,91	-6,58	10,35	12,32
Química	5,93	-7,79	-10,30	13,54	16,71
Produtos Alimentares	-2,08	0,56	-3,38	-0,56	3,60
Metalurgia	5,87	-8,41	-8,39	18,90	18,88
Papel e Papelão	46,75	13,74	5,26	1,54	9,72
Têxtil	-3,02	-9,64	-10,35	13,17	14,06

Fonte: Carneiro, e Vieira, 1998.

Segundo a SEI (1996) quanto ao comércio exterior, a Bahia apresentou em 1995 superávit de US\$ 1.207 milhões com as exportações alcançando US\$ 1.919 milhões. As exportações de produtos químicos e petroquímicos contribuíram com 33,97%, papel e celulose com 15,68%, metalúrgicos com 17,15%, derivados de petróleo com 5,11%, cacau e derivados com 6,18%, minerais com 6,45% e outros com 15,68%. No que concerne às importações, os bens

intermediários foram responsáveis por 80,50%, combustíveis e lubrificantes por 6,29%, bens de consumo por 5,09% e bens de capital por 8,12%. As exportações da Bahia em relação às do Nordeste como um todo evoluíram de 45,5% em 1991 para 49,1% em 1994.

No que diz respeito às exportações da Bahia, em 1995, a maior parte foi para a União Européia e expressiva para o Mercosul. Além disso, as exportações baianas para o Mercosul (Argentina especialmente) e a União Européia foram as que apresentaram o maior crescimento entre 1994 e 1995 (Tabela 34).

Tabela 34 – Exportações baianas por bloco econômico – 1994–1995

Blocos	Exportações (US\$ 1.000,00 FOB)				Cresc. anual (%)
	1994		1995		
	Valores	%	Valores	%	
União Européia	391.919	22,78	529.412	27,59	35,08
NAFTA	481.677	27,99	465.078	24,23	-3,45
MERCOSUL	189.960	11,04	287.148	14,96	51,16
Argentina	161.398	9,38	255.602	13,32	58,37
Uruguai	19.632	1,14	20.700	1,08	5,44
Paraguai	8.929	0,52	10.846	0,56	21,47
ÁSIA	329.790	19,17	274.028	14,28	-16,91
Demais países da América Latina	104.889	6,1	122.001	6,36	16,31
Outros	222.352	12,92	241.525	12,58	8,62
Total	1.720.587	100	1.919.192	100	11,54

Fonte: Lima, e Queiroz, 19967.

A Tabela 35 apresenta a evolução da população do Brasil e da Bahia e participação da população da Bahia na do Brasil no período 1990/ 1999. Já a Tabela 36 mostra a evolução da população e do grau de urbanização entre 1980 e 1995 e as taxas de crescimento populacional na Bahia nos períodos 1980/1991 e 1991/1995. Pode-se constatar que enquanto o grau de urbanização cresceu, a taxa de crescimento populacional decresceu nesse período.

Tabela 35 – População e participação da Bahia no Brasil – 1990–1999

Ano	População		Participação da população da Bahia no Brasil %
	Brasil	Bahia	
1990	155.562.917	12.174.961	7,83
1991	146.899.642	11.855.157	8,07
1992	149.236.984	12.014.023	8,05
1993	151.571.727	12.276.461	8,10
1994	153.725.670	12.464.316	8,11
1995	155.822.440	12.645.982	8,12
1996	157.070.163	12.541.675	7,98
1997	159.636.413	12.709.744	7,96
1998	161.790.311	12.851.268	7,94
1999	163.947.554	12.993.011	7,93

Fonte: IMIC.

Tabela 36 – População, grau de urbanização e taxas de crescimento – Bahia – 1980–1995

Situação de domicílio / grau de urbanização	População			Taxa de crescimento (%)	
	1980	1991	1995	1980-1991	1991-1995
Total	9.454.346	11.867.991	12.690.274	2,1	1,7
Urbana	4.660.449	7.016.770	7.889.274	3,8	3
Rural	4.794.893	4.851.221	4.800.943	0,1	-0,3
Grau de Urbanização (%)	49,3	59,1	62,2		

Fonte: SEI.

A população em idade ativa (PIA) da Bahia, segundo a SEI (1996), correspondia em 1995 a 9.822.187 (77% da população total), enquanto a população economicamente ativa (PEA) totalizava 6.044.298 (47,6% da população total).

A análise da Tabela 37 que mostra o pessoal ocupado segundo a posição na ocupação em 1981, 1990 e 1995, permite constatar que, nesse período, houve redução substancial do percentual do pessoal com carteira assinada e dos contribuintes da Previdência e um significativo aumento do pessoal não remunerado em 1995 em relação a 1990. Em 15 anos, o número de ocupados cresceu aproximadamente 50%, em sua maior parte caracterizado por formas precárias de relações de trabalho conforme demonstra o percentual do pessoal ocupado sem carteira assinada em número bastante superior ao pessoal com carteira assinada. Tal situação reflete as mudanças ocorridas no mundo do trabalho em função da reestruturação da atividade produtiva no Brasil na década de 1990.

Tabela 37 – Pessoal ocupado segundo a posição na ocupação – Bahia – 1981–1995

Especificação	1981		1990		1995	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Total de Ocupados	3.398.372	100,0	4.710.207	100,0	5.322.000	100,0
Empregados	1.717.822	50,5	2.577.944	54,7	2.655.129	49,9
Com carteira assinada	757.651	22,3	1.153.701	24,5	993.673	18,7
Sem carteira assinada	959.496	28,2	1.423.767	30,2	1.661.456	31,2
Conta Própria	1.127.985	33,2	1.314.892	27,9	1.532.207	28,8
Empregadores	65.468	1,9	176.103	3,7	133.873	2,5
Não Remunerados	487.097	14,3	641.268	13,6	1.000.791	18,8
% de Contribuintes da Previdência		32,0		30,4		24,1

Fonte: SEI.

A análise da Tabela 38, que mostra o pessoal ocupado segundo os setores em 1981, 1990 e 1995, permite constatar que os setores primário e terciário são os que têm mais absorvido a mão-de-obra na Bahia. No setor terciário, destacam-se o comércio e a prestação de serviços. O setor secundário é o que absorve menos mão-de-obra. O percentual do pessoal ocupado no setor primário estacionou na década de 1990 após queda em relação a 1981. O percentual do pessoal ocupado no setor secundário sofreu também pequena redução de 1981 a 1995. Por sua

vez, o percentual do pessoal ocupado no setor terciário cresceu de 1981 a 1990 e se manteve praticamente constante em 1990 e 1995.

Tabela 38 – Pessoal ocupado segundo os setores Bahia – 1981–1995

Setores	1981		1990		1995	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Total	3.598.372	100,0	4.710.207	100,0	5.322.000	100,0
Primário	1.934.985	53,8	1.980.246	42,0	2.241.150	42,1
Secundário	493.190	13,7	639.448	13,6	694.820	13,1
Indústria de Transformação	225.988	6,3	302.178	6,4	313.290	5,9
Indústria de Construção	207.754	5,8	279.993	5,9	290.504	5,5
Outras Atividades Industriais	59.448	1,7	57.277	1,2	90.481	1,7
Terciário	1.170.197	32,5	2.090.513	44,4	2.386.030	44,8
Comércio	296.498	8,2	508.772	10,8	611.042	11,5
Prestação de Serviços	391.089	10,9	709.372	15,1	864.416	16,2
Serv. Aux. da Ativ. Econômica	52.008	1,4	95.985	2,0	105.061	2,0
Transporte e Comunicações	87.361	2,4	142.097	3,0	141.130	2,7
Social (Educação, Saúde, etc.)	180.527	5,0	333.278	7,1	387.773	7,3
Administração Pública	113.482	3,2	210.308	4,5	210.005	3,9
Outras Atividades	49.232	1,4	90.701	1,9	66.603	1,3

Fonte: SEI.

A Tabela 39, que apresenta dados sobre a distribuição dos ocupados, segundo o setor de atividade na RMS — Região Metropolitana de Salvador, de 1997 a 2000, mostra que o setor de serviços é o que mais absorve mão-de-obra.

Tabela 39 – Distribuição dos ocupados, segundo o setor de atividade – RMS — 1997-2000

Setor	Distribuição dos ocupados (%)			
	1997	1998	1999	2000
Indústria	8,3	8,0	8,1	8,1
Comércio	17,9	17,0	15,9	16,4
Serviços	58,0	59,7	60,7	59,9
Construção civil	3,0	3,1	3,3	3,9
Serviços domésticos	10,8	10,2	10,4	10,5
Demais	1,9	1,9	1,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IMIC.

7.4 AS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS DO ESTADO DA BAHIA

7.4.1 As desigualdades sociais do Estado da Bahia

No Quadro 15, que detalha por Unidade da Federação o IDH dos estados brasileiros, constata-se que a Bahia é o 20º estado brasileiro no *ranking* de IDH em 1998, apresentando regressão em relação a 1970 e 1980. Ressalte-se que o IDH é um índice criado pela ONU para medir o

"desenvolvimento humano", avaliando parâmetros como o nível de escolaridade, a expectativa de vida ao nascer e a renda *per capita*. Anteriormente, as nações e regiões eram avaliadas somente pelo fator econômico, o que trazia distorções.

Ainda se pode constatar, nesse quadro, que todos os Estados brasileiros estão acima da linha média de desenvolvimento que é 0,5 (sendo o máximo 1,0), em que pese alguns Estados estarem apenas um pouco acima dessa linha, como Piauí e Alagoas, comparáveis à situação do Iraque e do Congo. Outros Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ficariam entre as 45 nações mais desenvolvidas do mundo. No Nordeste, Sergipe é o Estado mais desenvolvido, superando Estados maiores como Pernambuco e Bahia.

Quadro 15 – IDH dos Estados Brasileiros – 1998

Colocação	Unidade da Federação	IDH	Colocação	Unidade da Federação	IDH
1ª	Rio Grande do Sul	0,869	15ª	Mato Grosso	0,767
2ª	Distrito Federal	0,869	16ª	Acre	0,754
3ª	São Paulo	0,868	17ª	Sergipe	0,731
4ª	Santa Catarina	0,863	18ª	Pará	0,703
5ª	Mato Grosso do Sul	0,848	19ª	Rio Grande do Norte	0,668
6ª	Paraná	0,847	20ª	Bahia	0,655
7ª	Rio de Janeiro	0,844	21ª	Pernambuco	0,615
8ª	Espírito Santo	0,836	22ª	Ceará	0,59
9ª	Minas Gerais	0,823	23ª	Tocantins	0,587
10ª	Rondônia	0,82	24ª	Paraíba	0,557
11ª	Roraima	0,818	25ª	Maranhão	0,547
12ª	Goiás	0,786	26ª	Alagoas	0,538
13ª	Amapá	0,786	27ª	Piauí	0,534
14ª	Amazonas	0,775			

Fonte: Menu Geo Econômica, 2001.

A distribuição de renda pessoal na Bahia segundo as classes de renda em 1981, 1990, 1993 e 1995 encontra-se na Tabela 40. Em 1995, 72,6% da população da Bahia ganhava até 2 salários mínimos, enquanto 3,7% da população percebia mais de 10 salários mínimos. Essa tabela espelha a grande concentração de renda existente na Bahia.

Tabela 40 – Pessoas com 10 anos ou mais segundo as classes de renda – Bahia – 1981-1995

Classes de Renda (Salário Mínimo)	Pessoas com rendimentos			
	1981	1990	1993	1995
Pessoas com rendimentos	3.351.304	4.714.648	4.755.217	5.066.404
Até 1	48,7	47	54,4	44,5
Mais de 1 a 2	26,8	23,4	22,7	28,1
Mais de 2 a 3	10,4	8,6	7,7	10,6
Mais de 3 a 5	7,3	9,6	6,9	7,4
Mais de 5 a 10	4,2	6,5	4,6	5,6
Mais de 10 a 20	1,8	3	2,4	2,4
Mais de 20	0,8	1,9	1,3	1,3
Sem rendimentos	3.458.883	3.923.152	4.472.689	4.621.174

Fonte: SEL.

A análise da Tabela 41 que apresenta as taxas de desemprego na RMS — Região Metropolitana de Salvador e no Brasil no período 1982/2001, permite constatar que as taxas de desemprego na RMS superam as do Brasil e que, a partir de 1990, elas adquiriram uma tendência crescente.

Tabela 41 – Taxa de desemprego aberto – Brasil e RMS – 1982-2001

Ano	RMS	Brasil	Ano	RMS	Brasil
1982	4,5	4,0	1993	6,1	4,4
1983	5,9	5,6	1994	5,8	3,4
1984	6,0	4,8	1995	6,5	4,5
1985	4,5	3,2	1996	5,4	3,8
1986	3,7	2,2	1997	7,6	4,8
1987	4,1	2,9	1998	8,4	6,3
1988	4,0	2,9	1999	9,3	6,3
1989	3,8	2,4	2000	7,5	4,8
1990	5,7	3,9	jan/01	8,3	5,7
1991	5,2	4,2	fev/01	9,3	5,7
1992	6,3	4,5	mar/01	10,2	6,5

Fonte: IBGE.

As desigualdades sociais existentes na Bahia estão demonstradas na Tabela 42. Enquanto 44,5% das pessoas dispõem de apenas 13,1% da renda total, 1,3% da população dispõe de 21,1% da renda gerada na Bahia.

Tabela 42 – Pessoas com 10 anos ou mais segundo as classes de renda Bahia – 1981-1995

Classes de Renda (Salário Mínimo)	Proporção (%)	
	Renda	Pessoas
Até 1	13,1	44,5
Mais de 1 a 2	16,4	28,1
Mais de 2 a 5	21,9	18,0
Mais de 5 a 10	15,3	5,6
Mais de 10 a 20	13,4	2,4
Mais de 20	21,1	1,3

Fonte: SEL.

Estatísticas oficiais do governo baiano, baseadas em dados de órgãos estaduais e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informam que, nos últimos dez anos de administração na Bahia (1991-2001), quando o Estado foi governado por Antônio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges, aprofundou-se a desigualdade na distribuição de renda, mais trabalhadores foram colocados na informalidade e o crescimento econômico do Estado sofreu considerável atraso.

De 1992 a 1999, o décimo mais pobre da população baiana ficou ainda mais pobre. Em 1992,

dividia 1,7% da renda apurada no Estado. Em 1999, passou a repartir menos ainda, 1,5%. Já os ricos ficaram ainda mais ricos. O décimo mais abastado da população elevou sua participação na renda de 46,7% para 47,1%, durante o mesmo período. Os dados foram divulgados em 2000 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado e integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Assim como no resto do país, as condições de emprego do trabalhador na Bahia se deterioraram entre 1992 e 1999. O número de empregados com carteira (que têm direitos trabalhistas assegurados) foi reduzido em 10%, o equivalente a 9.758 postos. O número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 16%, passando de 1,085 milhão para 1,262 milhão. Obter emprego está mais difícil na Bahia do que em outros Estados: o PIB baiano vem crescendo mais devagar que o brasileiro. Entre 1990 e 2000, o produto interno bruto do país registrou variação de 30,1%. Nesse mesmo período, a economia da Bahia cresceu apenas 26,6%.

Com isso, cresceu o desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Informações do Anuário Estatístico de 2000 da SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia revelam que a região registrou taxas de desemprego de 21,6% em 1997, de 24,2% em 1998 e 1999 e de 25,2% em 2000. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego aberto (30 dias) em Salvador passou de 10,3% em novembro de 2000 para 11,1% em abril de 2001. É claro que nem tudo piorou na Bahia: de 1991 a 2000, a taxa de fecundidade caiu de 3,33 filhos por mulher para 2,3, a expectativa de vida subiu de 64,74 anos para 67,7 anos, e a taxa de mortalidade infantil caiu de 61,5 óbitos em cada mil nascidos vivos para 45,6.

Cabe observar que, no Brasil, a Bahia registrou o maior número de analfabetos, a maior quantidade de domicílios sem banheiro ou sanitário e o maior número de casas sem abastecimento de água e coleta de lixo. É também o Estado brasileiro com mais domicílios sem rede geral de esgoto ou fossa séptica. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em todo o país, e cujos números absolutos colocam a Bahia com o maior contingente de pessoas vivendo em condições subumanas entre 1991 e 2000. Dos 3,1 milhões de domicílios particulares baianos, nada menos que 762 mil não têm banheiro ou sanitário, o que representa cerca de três milhões de baianos fazendo suas necessidades físicas ao relento em pleno século XXI. Esse número chega a ser 20 vezes maior do que os registrados por outros Estados. Até mesmo em números relativos, a Bahia tem um

dos piores índices de domicílio sem instalação sanitária, ficando em 23º lugar no país. A coleta de lixo na Bahia só chega a 1,9 milhão de residências, ou seja, 40% das casas jogam os detritos a esmo.

O IBGE informa que o Estado da Bahia possui cerca de 13 milhões de habitantes, o que equivale a uma população de cinco milhões de baianos sem a coleta de lixo. Os dados do IBGE mostram, ainda, que mais de um milhão de domicílios do Estado não possuem abastecimento de água da rede geral, ou seja, a água é adquirida em poço, nascente ou diretamente em rios e lagoas. Resultado: são mais de quatro milhões de baianos bebendo água sem tratamento. A pesquisa do IBGE diz que, também nesse caso, nenhum outro Estado possui tantas residências nessas condições precárias.

Dos 10,3 milhões de baianos com idade igual ou superior a 10 anos, 8,1 milhões são alfabetizados no Estado. São mais de dois milhões de analfabetos a partir de dez anos de idade. Nenhum outro Estado apresenta tantos analfabetos. Os municípios de Coronel João Sá, Araci e Dário Meira apresentam os piores índices, com metade de suas populações analfabetas. A situação não é mais drástica pelo fato de que a Bahia apresentou, nos últimos dez anos, um dos menores índices de crescimento populacional do país. Cresceu 10,1% e a média no Brasil foi de 15,6%.

Não bastassem os problemas de saneamento e educação, o IBGE revelou também que o rendimento médio mensal dos chefes de família na Bahia é de R\$ 460, superior apenas a Alagoas (R\$ 454), Maranhão (R\$ 343) e Piauí (R\$ 383). Só para se ter uma idéia, a renda média das famílias nas demais regiões são: Norte (R\$ 577), Centro-Oeste (R\$ 589), Sudeste (R\$ 945) e Sul (R\$ 796). A Bahia registra, ainda, a quarta maior concentração de renda do Brasil, ficando atrás apenas de Ceará, Alagoas e Pernambuco.

Como a Bahia é o sexto Estado mais rico do Brasil — ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná —, os números que o IBGE apresentou expressam com mais dramaticidade as desigualdades e a falta de políticas sociais voltadas para a sua superação. E vale ressaltar que o IBGE não divulgou outros itens importantes, como saúde, segurança e direitos humanos. Para um Estado que registrou o maior número de assassinatos de jornalistas no Brasil, na década de 1990, os próximos dados a serem revelados não serão menos vexatórios.

Os indicadores de emprego no Estado da Bahia pioraram durante o período. Mas, entre todas as regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE, Salvador é justamente a que apresenta a mais elevada taxa de desemprego aberto (30 dias): 11,1% em abril desse ano, mais que o dobro da apresentada pelo Rio (5,1%). Houve, é certo, muitos avanços em todo o país nas áreas de saúde, educação e saneamento: a expectativa de vida do brasileiro subiu 2,1 anos, o número de domicílios com saneamento cresceu 18,1%, a renda média mensal aumentou 29,8% e a mortalidade infantil caiu 22,1%.

Nem sempre, porém, a Bahia acompanhou essa evolução. A taxa de atividade para o grupo de crianças de 10 a 14 anos (que revela a existência de trabalho infantil, vedado pela Constituição) diminuiu bastante no país, de 22,4% para 16,6%. Mas subiu justamente na Região Metropolitana de Salvador, de 8,8% em 92 para 10,1% em 1999, que agora apresenta a maior taxa de atividade metropolitana para esse grupo de idade. Mais ainda: entre 1995 e 1999, Salvador foi a metrópole que teve a menor melhora no ICV (Índice de Condições de Vida). Já um indicador importante, como a taxa de mortalidade infantil, caiu bastante na Bahia nesse período, de 57,9 mortes para cada mil nascidos vivos para 45,4 mortes — uma queda maior do que a verificada no conjunto da região Nordeste (de 65,2 para 53,0).

Reportagem de Souza (2001) no jornal *A Tarde on-line* destaca que a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios, em Salvador, evoluiu 26,9% entre 1991 e 2000. É a menor evolução entre as dez maiores capitais brasileiras. Os dados são do IBGE. Em cinco itens de desenvolvimento humano analisados, a capital baiana só melhorou sua posição no ranking no quesito “domicílios ligados à rede de água”.

Salvador apresenta 83,4% dos 651.293 residências com esgoto ou fossa séptica. Isso equivale a uma população de mais de 500 mil pessoas fazendo suas necessidades fisiológicas ao relento na capital baiana. A cidade que mais evoluiu nos últimos dez anos foi Fortaleza, capital do Ceará, que cresceu de 39,6% para 63,4%, ganhando uma posição.

Ao contrário do que se poderia imaginar, a coleta de lixo em Salvador é péssima. Nas gestões dos prefeitos Fernando José e Lídice da Mata, o IBGE mostrava que a cidade ficava em último lugar entre as dez principais capitais brasileiras. Agora, continua se mantendo em último lugar. Até mesmo Fortaleza, Recife e Belém apresentam índices melhores. Os dois ex-prefeitos deixaram a cidade em oitavo lugar no quesito alfabetização. O atual prefeito Antônio

Imbassahy não melhorou essa posição.

A capital baiana continua em oitavo, e evoluiu até menos do que Fortaleza. São quase 200 mil analfabetos na capital baiana. Enfim, os índices sociais de Salvador não melhoraram com relação às demais capitais (exceto abastecimento de água) — e, além disso, a renda dos chefes de família foi a que menos evoluiu em todos os contextos. Ainda há a taxa de desemprego, que é a maior do país e a questão da segurança visto que a capital baiana é a terceira mais violenta do país. As pesquisas do IBGE (analisadas em números relativos e absolutos) revelam, portanto, que o quadro é grave para a população de Salvador.

Celestino (2001), em sua coluna no jornal *A Tarde on-line*, expõe

A miséria traduzida na fome

As boas notícias — em tempos difíceis como os que atravessamos — escasseiam e as más surpreendem-nos diariamente. O País teima em não arrancar em busca de um futuro digno. Ao contrário, mergulha em projeções sombrias, com índices sociais que esbofeteiam a cidadania. A insuspeita Fundação Getúlio Vargas acaba de divulgar que o Brasil tem 29,3% da sua população em situação de indigência, vivendo abaixo da linha da miséria absoluta (parâmetro da ONU). É a população que passa fome. São 50 milhões de brasileiros nessa situação, quase a população que o País tinha em 1970, quando se tornou tricampeão mundial de futebol (éramos “70 milhões em ação”).

Para nós, baianos, o lamento é maior. O Estado da Bahia, que a propaganda oficial apresenta com uma unidade em franco desenvolvimento, é a quinta unidade federativa do Brasil em termos de miséria, com, nada menos de 54,80% dos seus habitantes vivendo com menos de R\$ 80 por mês. Passando fome. A miséria da Bahia só ganha, pela ordem, para a do Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, enquanto, na outra ponta, está São Paulo, com 10,41% da população nesse estado, o que é muito. De 27 Estados que compõem a unidade federativa estamos no quinto lugar em termos de miserabilidade, e essa população, a maioria, vive basicamente na região do semi-árido, mas, também, na Região Metropolitana de Salvador onde o índice de desemprego é elevado — o maior das regiões metropolitanas — embora tenhamos alguns municípios com receita elevada, como Camaçari, São Francisco do Conde e Dias D’Ávila, dentre outros.

A Fundação Getúlio Vargas demonstra que, se cada brasileiro transferisse R\$ 14 mensais para os mais necessitados, erradicaríamos a fome. O que não significa dizer pobreza, miséria. Já seria fantástico, porém. Trata-se apenas de um exercício estatístico. Não daria para fazer uma transferência assim, a não ser se fosse através de um passe de mágica. Primeiro, porque a União não teria condições de capilarizar os R\$ 14, de sorte a que chegassem aos famélicos. Depois, fatalmente a corrupção, presente nos organismos públicos, se encarregaria de surrupiar os recursos.

O exercício vale, no entanto, para uma tomada de consciência. O fato é que estamos, a cada dia, mais mergulhando profundamente na miséria; os brasileiros estão morrendo diariamente aos milhares por não ter o que comer, ou até água para beber. O semi-árido baiano é um desafio difícil de vencer, por ser uma das regiões mais inóspitas do planeta, assim como é difícil vencer o desafio da miséria no Nordeste. O governo nada faz, não ajuda, não há um plano desenvolvimentista voltado para a região e os organismos, tipo Sudene e Dnocs, que deveriam participar do planejamento para vencer a miséria, fracassaram.

A bofetada foi dupla. Não foi apenas somente o documento da FGV. O Relatório do

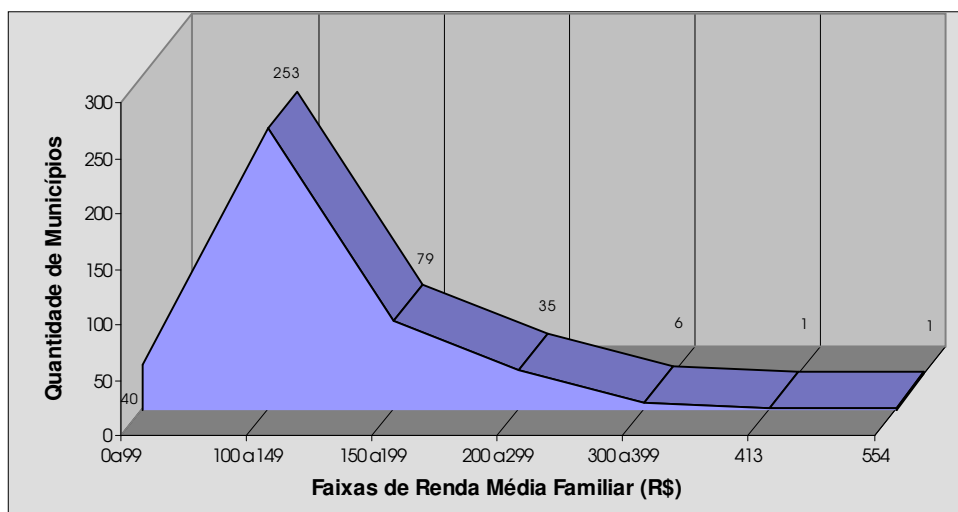
Desenvolvimento Humano para 2001, da ONU, aponta o Brasil com o 69º país em qualidade de vida, embora, observem, tenhamos melhorado um pouco em alguns índices. Que, de tão insignificantes, deixam de ser significativos. Brasil, para onde vamos?

7.4.2 As desigualdades regionais do Estado da Bahia

O Estado da Bahia, que possui uma área de 567.295,3 Km², é constituído atualmente por 15 regiões econômicas (Mapa 47 no capítulo 8) e 415 municípios²³ (Mapa 31, no capítulo 6).

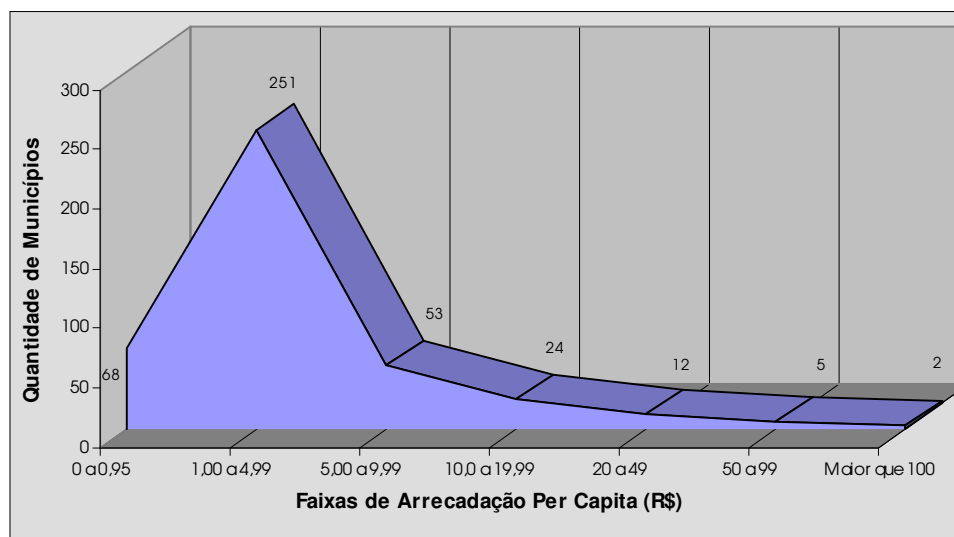
Para mensurar as desigualdades regionais do Estado da Bahia foram utilizados os indicadores seguintes: 1) Renda média familiar por município; 2) Arrecadação municipal *per capita*; 3) Participação do município no PIB da Bahia. Todos os indicadores foram calculados para o ano de 1996 (gráficos 36, 37 e 38), com base nos dados constantes no ANEXO B. O primeiro que apresenta a renda média familiar, mostra que apenas 43 municípios no universo de 415 têm renda média superior a R\$ 200/família e que apenas o município de Salvador apresenta renda superior a R\$ 500/família. O segundo que apresenta a arrecadação municipal *per capita*, mostra que apenas 21 municípios no universo de 415 têm arrecadação *per capita* superior a R\$ 20/habitante e que apenas um (São Francisco do Conde) supera R\$ 120/habitante. O terceiro mostra que apenas três municípios têm uma participação no PIB estadual superior a 5% e que apenas Salvador tem uma participação entre 35 e 40% do PIB estadual. Esses três gráficos demonstram que as disparidades regionais no Estado da Bahia são gigantescas.

Gráfico 36 – Renda média familiar – Bahia – 1996

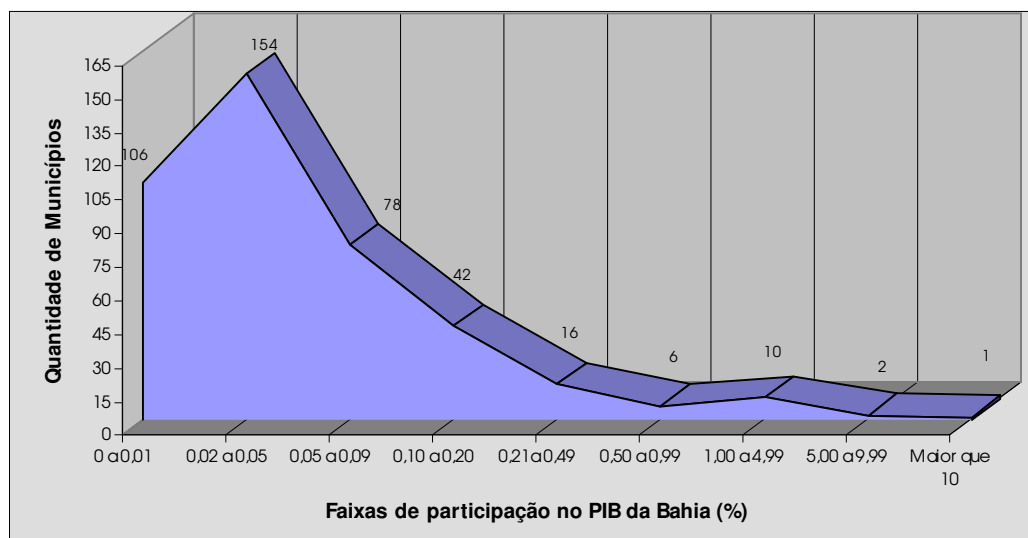


Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios.

²³ Ver nota 20.

Gráfico 37 – Arrecadação Municipal Per Capita

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios.

Gráfico 38 – Participação do município no PIB da Bahia – 1996

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios.

Na reportagem de Fonseca (2001) no jornal *A Tarde on-line*, constata-se que Salvador, São Francisco do Conde, Camaçari, Feira de Santana e Simões Filho conseguiram arrecadar, no último mês de dezembro, R\$ 210.149.711,17 em impostos e tributos estaduais. A maior parte da arrecadação foi de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias), representando, no total, quase 60% de tudo o que a Bahia conseguiu arrecadar de recursos próprios no final de 2001, que foi de R\$ 382.386.027,14.

Os R\$ 172.236.315,97 que sobraram foram divididos entre os 412 municípios restantes, sendo que, desses, 16 localidades não conseguiram, juntas, arrecadar mais que R\$ 10 mil. A

concentração de renda faz com que a quase totalidade dos municípios baianos sobreviva unicamente com os recursos transferidos do Fundo de Participação dos Estados (FPM), que destina 25% da renda a que a Bahia tem direito, dos recursos globais, incluindo as transferências da União, para serem rateados entre os municípios. Juntos, os 16 municípios mais pobres arrecadaram, em impostos próprios, apenas R\$ 8.312,43, o equivalente a menos de 0,3% do que os cinco mais ricos conseguiram arrecadar no período.

O município de Lajedão, a 882 km de Salvador, foi o que menos arrecadou impostos no último mês de dezembro. Somando-se os recursos oriundos do ICMS, ITV, IPVA e outros, foram arrecadados R\$ 182,12. A renda mensal auferida pelo município é próxima de 0% do total de impostos próprios arrecadados no Estado. Na outra ponta, Salvador arrecadou R\$ 133.309.101,98, o equivalente a, aproximadamente, 30% do total arrecadado pelo Estado.

O retrato da desigualdade está expresso na Tabela 43.

Tabela 43 – Arrecadação dos cinco municípios mais ricos e dos 16 mais pobres – Bahia – Dez/2001

Municípios	Arrecadação	
	(R\$)	%
Arrecadação total dos municípios	444.363.673,27	100,0000
Os cinco municípios mais ricos	280.149.811,17	63,0452
Salvador	133.309.101,98	30,0000
São Francisco do Conde	94.444.266,17	21,2538
Camaçari	29.762.208,71	6,6977
Feira de Santana	11.413.888,91	2,5686
Simões Filho	11.220.345,40	2,5250
Os 16 municípios mais pobres	8.812,63	0,0020
Caturama	879,90	0,0002
Caetanos	806,40	0,0002
Almadina	796,93	0,0002
Mansidão	757,15	0,0002
Lafayette Coutinho	673,99	0,0002
Guajeru	673,03	0,0002
Mirante	574,96	0,0001
Itanagra	574,78	0,0001
Aiquara	554,34	0,0001
Bom Jesus da Serra	522,78	0,0001
Dom Macedo Costa	483,90	0,0001
Gavião	468,57	0,0001
Santanópolis	376,19	0,0001
Barra do Rocha	300,85	0,0001
Catolândia	186,74	0,0000
Lajedão	182,12	0,0000

Fonte: Governo do Estado da Bahia. SEFAZ.

7.5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DA BAHIA

A evolução econômica do Estado da Bahia é bastante similar àquela processada no Brasil cuja principal marca são as gigantescas desigualdades sociais e regionais que se acumularam ao longo dos últimos 500 anos. A história econômica do Estado da Bahia apresentou duas dinâmicas bem distintas: a primeira, que vai do período colonial até 1970, corresponde à fase de economia primário-exportadora e, a segunda, de 1970 em diante, diz respeito à fase de economia predominantemente industrial inaugurada com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, mais recentemente, pela indústria automobilística.

O processo de industrialização ocorreu tardiamente no Estado da Bahia em comparação com os países líderes do capitalismo mundial, com uma defasagem de cerca de 40 anos em relação ao que ocorreu em São Paulo no Brasil. A industrialização do Estado da Bahia se concentrou na RMS — Região Metropolitana de Salvador devido fundamentalmente à ação do governo federal e dos investidores privados nacionais e estrangeiros localizados fora do Estado da Bahia atraídos pelos incentivos fiscais e financeiros, criados para promover o desenvolvimento do Nordeste e pelas vantagens econômicas em relação às demais regiões do país.

A industrialização processada no Estado da Bahia se realizou na década de 1970 com base nos fundamentos do taylorismo e do fordismo, isto é, com o uso de plantas industriais baseadas na produção padronizada em massa e na economia de escala. Como a quase totalidade dos recursos era voltada para as indústrias químicas, petroquímicas e metalúrgicas de grande porte, o incentivo a empreendimentos industriais em outras áreas e de menor porte que contemplassem a participação de micro, pequenas e médias empresas foi relegado a segundo plano.

Havia a expectativa que não se realizou de que a indústria petroquímica viabilizaria no Estado da Bahia a implantação de indústrias menores locais a montante e a jusante. No entanto, essas indústrias a montante aconteceram em pequeno número e aquelas a jusante voltadas à produção de bens finais não foram implantadas fazendo com que os efeitos multiplicadores da indústria fossem menores do que o previsto. Essas indústrias de bens finais se instalaram sobretudo em São Paulo, principal mercado consumidor do Brasil.

Apesar de ter produzido sobre a economia baiana efeitos multiplicadores menores do que o esperado, a indústria petroquímica produziu aumento da massa salarial com os empregos diretos oferecidos, crescimento da renda local com a contratação de serviços e incremento da arrecadação de impostos do governo em todos os seus níveis. Durante e após a implantação da indústria petroquímica na Bahia, produziram-se grandes mudanças na RMS — Região Metropolitana de Salvador, com o incremento do processo de urbanização e o adensamento populacional, sobretudo em Salvador, e a realização de investimentos imobiliários e de infraestrutura urbana. Esse adensamento populacional resultante da industrialização da RMS provocou, também, o impacto da favelização com a ampliação dos contingentes populacionais de baixa renda na periferia das grandes cidades, sobretudo em Salvador.

A implantação da indústria petroquímica e da metalurgia do cobre contribuiu decisivamente para o aumento da concentração econômica do Estado da Bahia na RMS que foi reforçada com a implantação recente de uma planta da Ford em Camaçari. A implantação da indústria de celulose fora da RMS, no Extremo Sul da Bahia, não significa que esteja havendo perda do poder de atração dos investimentos pela RMS. A implantação da indústria de celulose no Extremo Sul da Bahia ocorreu porque sua localização foi ditada pela disponibilidade na região de recursos florestais imprescindíveis à operação da planta industrial. Ressalte-se que a não ser recentemente, quando houve iniciativas do governo do Estado da Bahia de desconcentrar as atividades econômicas da RMS atraindo indústrias para se instalarem no interior, de modo geral, os investimentos públicos realizados em maior volume eram destinados a essa região reforçando ainda mais nela a concentração econômica na Bahia.

A experiência brasileira de industrialização da década de 70 e dos Estados Unidos no desenvolvimento do sul do país após a Segunda Guerra Mundial demonstram a imprescindibilidade da ação do Estado em termos de investimentos e de políticas de incentivo na superação dos desequilíbrios regionais. As políticas da União Européia voltadas para o desenvolvimento dos países e regiões menos desenvolvidas da Europa demonstram a relevância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e na redução dos desequilíbrios regionais, o que significa dizer que o Estado precisa recuperar no Brasil e na Bahia sua capacidade de investimento para realizar esse papel fundamental.

O pressuposto para que o desenvolvimento do Estado da Bahia e do Brasil se realizasse sem as gritantes desigualdades regionais e sociais existentes é de que o governo fosse colocado a serviço da maioria de sua população e não das oligarquias, que fosse eficiente e eficaz do

ponto de vista político-administrativo na adequada aplicação dos recursos públicos e que, além disso, a Sociedade Civil organizada, os sindicatos dos trabalhadores e os partidos políticos progressistas fossem suficientemente fortes para exercerem maior influência nas decisões governamentais.

Nos últimos 30 anos, os movimentos sociais não puderam interferir nos rumos do governo e, conseqüentemente, não tiveram condições de reverter as crescentes desigualdades sociais e regionais existentes, porque o Estado da Bahia vem sendo governado direta e indiretamente pelo “caudilho” Antônio Carlos Magalhães e pelas oligarquias que lhe dão sustentação política na maioria dos municípios do Estado da Bahia. A história política da Bahia tem se caracterizado nos últimos 30 anos pela hegemonia do grupo político de Antônio Carlos Magalhães que vem exercendo com “mão-de-ferro” seu poder, direta e indiretamente, excluídos apenas os períodos dos governos Roberto Santos e Waldir Pires, contando com o apoio das oligarquias existentes no interior do Estado da Bahia.

Durante os últimos 30 anos, Antônio Carlos Magalhães passou a exercer o controle do poder executivo, do parlamento, da justiça estadual, da maioria das prefeituras municipais do Estado da Bahia, além do principal meio de comunicação de massa que é a televisão. Antônio Carlos Magalhães controla a mídia na Bahia porque a emissora de televisão de sua propriedade possui 80% de audiência. Esse fato faz com que os demais meios de comunicação passem a exercer uma posição marginal. Através do uso exacerbado da mídia eletrônica por Antônio Carlos Magalhães e seus seguidores, tem sido realizada uma verdadeira “lavagem cerebral” sobre a população, para desmoralizar seus adversários e se perpetuarem no poder.

Por intermédio da emissora de televisão de sua propriedade, Antônio Carlos Magalhães tem influído decisivamente em pleitos estaduais, como vem ocorrendo na Bahia em todas as eleições realizadas no período pós-ditatorial, elegendo sucessivamente todos os seus candidatos a cargos eletivos majoritários e proporcionais. As derrotas sucessivas das forças de oposição pelo grupo político de Antônio Carlos Magalhães após a abertura política no Brasil tem resultado, de um lado, da incapacidade deles se articularem contra seu inimigo comum e, de outro, da capacidade de Antônio Carlos Magalhães e seus liderados que sempre se utilizaram de sua principal arma, que é a televisão, e da máquina administrativa do governo para se manter no poder. Ressalte-se que recentemente foi descoberto um esquema de escuta telefônica ilegal contra os inimigos políticos de Antônio Carlos Magalhães realizado pela

Secretaria de Segurança Pública, com indícios de que tenha sido implementado sob as ordens de Antônio Carlos Magalhães.

É inquestionável a importância dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, na vida dos cidadãos, na formação de sua opinião e na determinação de suas escolhas políticas. A força da televisão é imensa porque, através do som e da imagem, tem grande capacidade de impor o ponto de vista de seus proprietários sobre a sociedade e a política. No Brasil, os programas televisivos são, via de regra, de péssima qualidade, não se constituindo em real instrumento de elevação do nível cultural da população, e os noticiários são tendenciosos ao transmitir apenas aquilo que esteja na linha do interesse de seus proprietários, além de difundir a ideologia dominante.

Na prática, a televisão no Brasil tem se constituído mais como instrumento de alienação, isto é, como um meio para imbecilizar as pessoas do ponto de vista político e cultural. Segundo Lecomte (1994), professor do Instituto de Estudos Políticos de Lyon na França, a democracia representativa parece sofrer de um “mal-estar na representação” comumente associada à revolução da mídia que tende hoje a transformar o fórum democrático tradicional em uma “ágora catódica” de contornos imp recisos e de perspectivas incertas.

O novo espaço da vida política se articula com o espaço doméstico da vida privada com o uso da televisão que se introduz na intimidade dos domicílios dos cidadãos. Essa abertura de fronteiras entre os campos sociais tradicionalmente separados do público e do privado oferece aos atores políticos um caminho inédito de acesso ao poder, um processo de legitimação direta pela opinião pública, apoiado sobre a conquista pessoal de uma notoriedade e de uma popularidade através da mídia eletrônica. Esse é o caso da Bahia com a hegemonia política exercida pelo grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães.

Além de esmagar as forças de oposição, o grupo político hegemônico no Estado da Bahia sob a liderança de Antônio Carlos Magalhães nunca estabeleceu relações construtivas com a Sociedade Civil organizada, a não ser com as organizações que lhes são subalternas política e economicamente. Nos últimos 30 anos, nunca houve um momento em que tivesse havido da parte de Antônio Carlos Magalhães e de seus liderados no exercício do governo do Estado da Bahia a tentativa de envolver a Sociedade Civil, de buscar sua participação no esforço desenvolvimentista por eles implementado. Essa atitude antidemocrática tem por objetivo exercer na plenitude o poder total em todo o Estado da Bahia.

Ressalte-se que o grupo político de Antônio Carlos Magalhães considera o desenvolvimento apenas como crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização que beneficia as oligarquias dominantes contrastando com visões mais amplas como a tese defendida por Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998, de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.

Para Sen (1998), crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades que são determinadas essencialmente por saúde, educação e direitos civis. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo. O desempenho dos diversos governos exercidos direta e indiretamente por Antônio Carlos Magalhães na Bahia nas áreas de educação, saúde e direitos civis tem sido medíocre.

A ênfase nas liberdades e direitos básicos se apóia em três pilares: sua importância intrínseca; seu papel conseqüente no sentido de fornecer incentivos políticos para a segurança econômica; seu papel construtivo na gênese de valores e prioridades. Uma variedade de instituições — ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, organizações não-governamentais, Poder Judiciário, mídia e comunidade em geral — contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais. Segundo Sen (1998), o desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade.